

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.695 - SP (2020/0017167-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : REJANE BASTOS PEREIRA SANTOS
ADVOGADOS : MÁRIO LUIZ RIBEIRO - SP097519
LUÍS RICARDO SAMPAIO - SP175037
AGRAVADO : CIMOAGRO-COMERCIO E REPRESENTACAO
AGROPECUARIA LTDA
ADVOGADO : JOÃO RICARDO SEVERINO CLAUDINO - SP263061

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por REJANE BASTOS PEREIRA SANTOS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido

Embargos. Execução de título extrajudicial. Duplicatas.

Inexigibilidade do título. Não acolhimento. Regular emissão das duplicatas. Aceite exarado pela embargante, circunstância não controvertida. Alegação de que houve erro material na confecção dos títulos. Não acolhimento.

Tese defensiva que não tem o condão de desconstituir os títulos. Ausência, ademais, de elementos probatórios capazes de tornar os títulos inexigíveis. Relação cambial, Cartularidade e literalidade. Reconhecimento.

Procedência dos embargos. Reforma para julgar improcedentes.

Apelação provida. (fls. 358).

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 116 e 1.651, I, do CC; e 618 do CPC, no que concerne à ilegitimidade da parte em execução pelo aceite de duplicatas, ainda que inventariante dos bens do espólio.

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, colaciona paradigmas a fim de demonstrar divergência jurisprudencial sobre a questão *supra*

É o relatório. Decido.

Em relação à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que os dispositivos em questão não foram especificamente examinados

pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; e REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019.

Em relação à segunda controvérsia, verifica-se que os dispositivos legais sob os quais teria havido o dissídio jurisprudencial não foram examinados pela Corte de origem, a despeito de opostos embargos de declaração para tal fim.

Dessa forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da norma objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. 1. O cabimento de recurso especial fundado na alínea "c" do permissivo constitucional requer o prequestionamento do dispositivo de lei federal cuja interpretação se alega divergente por outro Tribunal. 2. Uma vez reconhecida a ausência de prequestionamento do dispositivo de lei federal apontado como ofendido pela parte recorrente, é desnecessário o exame do cabimento do recurso especial quanto à alínea "c" do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, em relação ao mesmo dispositivo. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp n. 1274569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente